



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA CORREGEDORA**

Ofício Circular nº 390/2023/CGJCE

Fortaleza, 28 de novembro de 2023.

Aos(As) Senhores(as) Magistrados(as) com competência para execução de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

Processo nº 8500723-94.2023.8.06.0026

Assunto: Do dever de observância e cumprimento da Recomendação nº 98/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Diretriz Estratégica nº 9/CNJ.

Senhores(as) Juízes(as),

Com os cumprimentos de estilo, venho reforçar a todos(as) os(as) Magistrados(as) com competência para execução de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, o dever de observância e cumprimento do regramento constante na Recomendação nº 98/2021 do Conselho Nacional de Justiça (anexa), que trata da adoção de diretrizes e procedimentos para a realização de audiências concentradas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

Visando colher dados para o devido cumprimento da Diretriz Estratégica nº 9 aprovada para as Corregedorias para o corrente ano, bem como reunir as boas práticas desenvolvidas pelos magistrados com competência na matéria, foram expedidos os Ofícios Circulares nºs 110/2023 e 288/2023 por esta Corregedoria.

No azo, venho cientificá-los acerca das medidas iniciais adotadas pela Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral para o efetivo cumprimento da Recomendação nº 98/2021 do CNJ, encaminhadas a esta Casa Censora, através do Ofício nº 342/2023/SCN (anexo), a fim de que Vossas Excelências possam eventualmente colocá-las em prática nas unidades judiciais de suas competências, dentro de suas particularidades.

Atenciosamente,

MARIA EDNA Assinado de forma
digital por MARIA EDNA
MARTINS:169 MARTINS:16933133320
33133320 Dados: 2023.11.30
11:02:22 -03'00'

**DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS
CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 98, DE 26 DE MAIO DE 2021.

Recomendar aos tribunais e autoridades judiciais a adoção de diretrizes e procedimentos para realização de audiências concentradas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a prioridade absoluta atribuída aos processos que tratam de direitos das crianças e adolescentes, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e dos arts. 4º, caput e parágrafo único, alínea "b", e 152, parágrafo único, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO as disposições do art. 19 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos no sentido de que a proteção de crianças e adolescentes requer a adoção de medidas especiais, conforme entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Opinião Consultiva nº 17/2002, parágrafo 60;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 12, 37 e 40 da Convenção sobre os Direitos da Criança, que contemplam o direito das crianças e adolescentes de serem ouvidos em todos os procedimentos que lhes afetem, bem como estabelecem que os adolescentes privados de liberdade sejam tratados com humanidade e respeito inerentes à dignidade da pessoa humana, bem como tenham assegurados os direitos à presunção de inocência, à assistência jurídica adequada e à presença de seus pais ou representantes nas etapas processuais;

CONSIDERANDO os itens 56 e 58 dos Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Riad), que dispõem sobre a colaboração entre os órgãos de Justiça e os distintos setores e serviços dedicados ao adolescente com vistas à prevenção da prática de atos infracionais;

CONSIDERANDO os itens 1, 2, 17 e 18 das Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade (Regras de Havana), que dispõem sobre a obrigação do sistema de Justiça de garantir os direitos e a segurança de adolescentes, notadamente o acesso à assistência jurídica;

CONSIDERANDO que a Observação Geral nº 24/2019 do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança preconiza que os Estados devem assegurar os princípios inerentes ao devido processo legal e a realização dos procedimentos judiciais de forma a permitir que o adolescente participe efetivamente, compreenda todas as suas etapas e tenha garantida a presença de seus pais ou responsáveis em todos os momentos dos atos processuais (parágrafos 46 e 56);

CONSIDERANDO o art. 121, caput e § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe ser imprescindível a reavaliação das medidas socioeducativas privativas de liberdade no máximo a cada 6 (seis) meses;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e prevê os princípios que regem a execução das medidas socioeducativas, bem como os prazos e procedimentos para reavaliação, manutenção, substituição ou suspensão das medidas de meio aberto ou de restrição e privação da liberdade;

CONSIDERANDO os bons resultados obtidos nas reavaliações periódicas das medidas protetivas de acolhimento realizadas nas Varas da Infância e Juventude por meio das audiências concentradas, previstas no Provimento nº 32/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 367/2021, que estabelece as diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário, e define a audiência concentrada socioeducativa;

CONSIDERANDO o acórdão exarado no Habeas Corpus nº 143.988/ES, pelo qual o Supremo Tribunal Federal determinou que as unidades de execução da medida socioeducativa de internação não ultrapassem a capacidade projetada de internação



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

prevista para cada unidade, propondo critérios e parâmetros a serem observados pelos magistrados nas unidades de internação que operam com a taxa de ocupação dos adolescentes superior à capacidade projetada;

CONSIDERANDO as decisões de urgência proferidas pela Comissão e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Plenário do CNJ no procedimento Ato nº 0002462-22.2021.2.00.0000, na 86ª Sessão Virtual, realizada em 14 de maio de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Recomendar aos tribunais e autoridades judiciárias a adoção de diretrizes e procedimentos para a realização de audiências concentradas com vistas a reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

Art. 2º As audiências concentradas têm como finalidades específicas:

I – observar os princípios que regem a execução das medidas socioeducativas, em especial, legalidade, excepcionalidade da imposição de medidas, proporcionalidade, brevidade, individualização, mínima intervenção, não discriminação do adolescente e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, conforme o art. 35 da Lei no 12.594/2012;

II – observar o prazo máximo legal de 6 (seis) meses para reavaliação das medidas socioeducativas;

III – garantir a participação do adolescente na reavaliação das medidas socioeducativas;

IV – garantir que o adolescente possa peticionar diretamente à autoridade judiciária;

V – promover o acompanhamento, a participação e o envolvimento da família, representada pelos pais ou responsáveis, no processo judicial e no efetivo cumprimento do plano individual de atendimento do adolescente;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

VI – integrar os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente para agilizar o atendimento aos adolescentes que tenham sua medida substituída ou extinta;

VII – adequar ou complementar os planos individuais de atendimento, caso necessário;

VIII – garantir o devido processo legal administrativo em caso de sanção disciplinar aplicada ao adolescente, observando-se a ampla defesa e o contraditório;

IX – fortalecer a fiscalização de unidades e programas socioeducativos;

X – garantir o funcionamento das unidades de internação e de semiliberdade com taxa de ocupação dentro da capacidade projetada; e

XI – observar o princípio da não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria.

Art. 3º Recomendar às autoridades judiciárias com competência para a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade a realização e condução de audiências concentradas com vistas a reavaliar as medidas socioeducativas, conforme as seguintes diretrizes e procedimentos:

I – realizar as audiências concentradas, preferencialmente a cada 3 (três) meses e nas dependências de cada uma das unidades sob a responsabilidade da autoridade judiciária, em local específico para tal fim designado e com garantia de sigilo.

II – priorizar a realização das audiências concentradas nas unidades socioeducativas femininas, considerando a vulnerabilidade e necessidades específicas das adolescentes privadas de liberdade;

III – promover a necessária participação do socioeducando, seus pais ou responsáveis, da defesa técnica e do membro do Ministério Público competente;

IV – vedar a realização de audiência de reavaliação com mais de um socioeducando, em respeito ao princípio da individualização da execução das medidas socioeducativas;

V – não postergar reavaliação da medida socioeducativa para as audiências concentradas nos casos em que isso implique o extrapolamento do prazo máximo de 6 (seis) meses; e



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

VI – realizar as audiências concentradas sem prejuízo do processamento de pedido de reavaliação das medidas a qualquer tempo nos termos do art. 43 da Lei nº 12.594/2012.

Art. 4º Recomendar às autoridades judiciárias competentes que, previamente à realização das audiências concentradas, providenciem:

I – o levantamento e a análise dos processos de execução de medidas socioeducativas relativos a cada uma das unidades sob sua responsabilidade, a fim de que todos os processos sejam devidamente instruídos com o relatório da equipe técnica sobre a evolução do adolescente no cumprimento do plano individual de atendimento;

II – a convocação de servidores do Poder Executivo Municipal e/ou Estadual, com competência para a realização dos encaminhamentos posteriores às audiências de reavaliação, a fim de que compareçam ao local e horário da realização das audiências concentradas para fim do disposto no art. 10 desta Recomendação; e

III – a comunicação ao programa de atendimento socioeducativo para que providencie o comparecimento das famílias dos adolescentes, para que possam participar das audiências de reavaliação e acompanhar os encaminhamentos necessários;

§ 1º A autoridade judiciária poderá solicitar a participação das demais instituições do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em especial, da Defensoria Pública, do Ministério Público e dos programas de atendimento socioeducativo, para o planejamento das audiências concentradas.

§ 2º Os familiares e adolescentes devem ser acolhidos em ambiente adequado antes do início das audiências de reavaliação para que recebam as orientações sobre a finalidade e o funcionamento das audiências concentradas em linguagem simples e acessível.

Art. 5º O juízo competente poderá solicitar à Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) ou ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) que, na esfera de suas atribuições, ofereça o suporte às audiências concentradas, sobretudo nos aspectos logísticos e procedimentais.

Art. 6º Recomendar às autoridades judiciárias competentes que, na audiência de reavaliação, entrevistem o socioeducando, devendo:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

I – explicar o que é a audiência de reavaliação e ressaltar as questões a serem analisadas pela autoridade judiciária;

II – indagar sobre o tratamento recebido ao longo do cumprimento da medida socioeducativa e questionar, em especial, as condições de execução da medida e ocorrência de violações de direitos, como a prática de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes;

III – questionar sobre sua participação na elaboração do plano individual de atendimento e sobre a realização das atividades nele previstas;

IV – indagar sobre as circunstâncias da apuração da falta disciplinar, a garantia da ampla defesa, do contraditório e observância das disposições legais aplicáveis, em caso de registro de sanção disciplinar aplicada ao adolescente; e

V – perguntar se deseja formular algum pedido diretamente à autoridade judiciária.

Art. 7º Após oitiva do adolescente, também deve ser facultada a palavra aos pais ou responsáveis para se manifestarem sobre sua participação no cumprimento do plano individual e formularem os pedidos que lhes aprouver.

Art. 8º Ouvidos o adolescente e seus pais ou responsáveis, a autoridade judiciária deferirá ao Ministério Público e à defesa técnica, nesta ordem, reperguntas compatíveis com a natureza do ato judicial, facultando-lhes, em seguida, requerer:

I – a manutenção, substituição, suspensão ou extinção da medida socioeducativa; e

II – a adoção de medidas protetivas ou outras providências necessárias no caso concreto.

Art. 9º A ata da audiência conterà a decisão fundamentada quanto à manutenção, substituição, suspensão ou extinção da medida socioeducativa como também as providências tomadas caso constatados indícios de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, ameaça de morte ou irregularidades a serem sanadas.

Parágrafo único. Prolatadas as decisões judiciais de substituição, suspensão ou extinção da medida socioeducativa, devem ser realizadas as devidas



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

atualizações das guias, com a substituição da medida ou baixa da guia, no Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL).

Art. 10. Finda a audiência de reavaliação, o socioeducando e seus familiares serão encaminhados aos representantes dos órgãos do Poder Executivo presentes em sala separada para a realização dos encaminhamentos pertinentes, inclusive para eventuais programas de acompanhamento ao adolescente pós-cumprimento de medida socioeducativa disponíveis na localidade.

Art. 11. Os magistrados com competência para execução das medidas socioeducativas poderão realizar audiências concentradas para a reavaliação das medidas de meio aberto, adaptando as diretrizes e procedimentos contidos nesta Recomendação à natureza das medidas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida.

Art. 12. Excepcionalmente e apenas quando suspensas as atividades presenciais por ordem do tribunal a realização das audiências concentradas de reavaliação das medidas socioeducativas poderá ocorrer de modo virtual, nos termos da Resolução CNJ nº 330/2020.

Art. 13. Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **LUIZ FUX**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SOBRAL
VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

WhatsApp (85) 981120578 /E-mail: sobral.infancia@tjce.jus.br/ Telefone (085)
31081758

Ofício nº 342/2023/SCN

Sobral, 05 de setembro de 2023.

**A Sua Excelência, Senhora Desembargadora Corregedora-Geral,
MARIA EDNA MARTINS
Corregedoria Geral da Justiça - CGJ**

Assunto: Resposta ao ofício Circular 288/2023/CGJCE, CPA 8500723-94.2023.8.06.0026

Senhora Corregedora-Geral Da Justiça,

Em atenção aos ofícios números 110/2023/CGJCE e 288/2023/CGJCE, sirvo-me do presente para encaminhar a devida resposta com relação às Audiências Concentradas promovidas por esta Unidade Judiciária no intuito de reavaliar medidas socioeducativas de internação, bem como realizar oferta de serviços, acompanhamentos e devidos encaminhamentos dos jovens e familiares.

Conforme recomendação nº 98/2021 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, alinhada com a implementação da Agenda 2030 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes, em 30/11/2022 foi realizada a primeira edição de audiências concentradas no Centro Socioeducativo de Sobral-CSS, promovida pela Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral/CE.

Na ocasião foram observados os seguintes pontos:

- Observância dos princípios que regem a execução de medidas socioeducativas, em especial, a legalidade, excepcionalidade da imposição de medidas, proporcionalidade, brevidade, individualização, mínima intervenção, não discriminação e fortalecimento dos vínculos familiares;
- Reavaliação das medidas a cada seis meses, com a escuta humanizada dos adolescentes e seus familiares e responsáveis durante as audiências, priorizando a oportunidade de que o jovem se reporte diretamente à Magistrada.
- Promoção de ofertas de serviços para os jovens e seus familiares, com a participação dos cursos de enfermagem, nutrição, psicologia, odontologia, fisioterapia, dentre outros das Faculdades INTA E FLF. Cabe ressaltar que tais serviços foram ofertados aos responsáveis, enquanto aguardavam a participação na audiência bem como aos adolescentes e demais familiares que estiveram presentes, como esposas, filhos, irmãos.
- Também houve a participação da secretaria de Direitos Humanos de Sobral, realizando o acolhimento das famílias e os devidos encaminhamentos após as audiências. O CREAS de Sobral também compareceu com a equipe técnica realizando construção do Plano Individual de Atendimento dos adolescentes que cumpriam medidas em meio aberto como Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade;
- Participação da equipe técnica de Psicólogos e outros profissionais da ONG Luta Pela Paz, visando a apresentação do projeto pós medida socioeducativa NOVAS TRILHAS;
- Realização de encaminhamentos para emissão de documentos de familiares e acompanhantes dos adolescentes, com o atendimento da equipe da Casa do Cidadão de Sobral;
- Realização de palestras promovidas pelo SENAC E ISBET no intuito de apresentar informações sobre mercado de trabalho aos jovens e seus familiares.

Em 21/06/2023 foi realizada a segunda edição de audiências concentradas no Centro Socioeducativo de Sobral-CSS, promovida pela Vara Única

da Infância e Juventude da Comarca de Sobral/CE, também em atenção à recomendação nº 98/2021 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, alinhada com a implementação da Agenda 2030 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Foram observados os seguintes pontos e ofertados os serviços:

- Observância dos princípios que regem a execução de medidas socioeducativas, em especial, a legalidade, excepcionalidade da imposição de medidas, proporcionalidade, brevidade, individualização, mínima intervenção, não discriminação e fortalecimento dos vínculos familiares;
- Reavaliação das medidas a cada seis meses, com a escuta humanizada dos adolescentes e seus familiares e responsáveis durante as audiências, priorizando a oportunidade de que o jovem se reporte diretamente à Magistrada.
- Participação de alunos e professores dos cursos de Direito, Psicologia, Biomedicina, Educação Física, Fisioterapia, enfermagem, Nutrição das faculdades INTA E FLF;
- Nucleo de Estudos Sussex do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará-UFC;
- Secretaria Municipal de Saúde com a realização de exames;
- Oferta de lanches ofertados aos familiares e responsáveis ao longo do dia;
- Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Sobral, com a apresentação do serviço e oferta de vagas de emprego e cursos;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, ofertando cortes de cabelo aos jovens, familiares e acompanhantes;
- Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, promovendo palestras sobre o mercado de Trabalho, construção de currículos e demais serviços;
- CREAS de Sobral, com a equipe técnica realizando construção do Plano Individual de Atendimento dos adolescentes, atendimentos e orientações dos adolescentes que iriam cumprir medidas em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade;
- Participação da equipe técnica de Psicólogos e outros profissionais da ONG Luta Pela Paz, visando a apresentação do projeto pós medida socioeducativa NOVAS TRILHAS;

Estas são as informações que tenho a honra de prestar, colocando-me à disposição para esclarecimentos, informações e orientações. Informo que o próximo ciclo de Audiências Concentradas desta comarca está previsto para ocorrer em outubro/2023. Colho do ensejo para renovar protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

ANTONIO WASHINGTON Assinado de forma digital por ANTONIO
FROTA:92089836334 WASHINGTON FROTA:92089836334
Dados: 2023.09.05 14:35:15 -03'00'

Antônio Washington Frota
Juiz de Direito da Vara Única da Infância e Juventude de Sobral -
Respondendo